

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Um estudo comparado das políticas educacionais para jovens e adultos no Brasil e na Venezuela: da aclamação do direito à concretização da justiça social

Autor: Antenor da Cunha França Júnior

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Prof^a Dr^a Rose Meri Trojan

Este trabalho é um estudo comparado das políticas educacionais para a Educação Básica, modalidade da educação de jovens, adultos e idosos analfabetos, na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela. O recorte temporal está compreendido entre os anos de 2003 a 2008, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Rafael Chávez Frías, que, respectivamente, implantaram os programas *Brasil Alfabetizado* e *Missões Educativas Bolivarianas*, com a finalidade de superar o analfabetismo em seus territórios. Tal investigação tem como objetivo comparar a implementação e os impactos dos referidos programas a fim de analisar o cumprimento do direito de todos à educação nesses dois territórios da América Latina. A opção por um estudo comparativo deve-se ao fato da educação comparada ter um caráter avaliativo e prospectivo, que possibilita analisar os impactos das políticas educacionais e identificar soluções para os problemas de cada país, contribuindo para o planejamento da educação. O tema escolhido aborda a questão do analfabetismo que, ainda hoje, é um grave problema social que atinge muitos países. Isto não tem sido diferente na América Latina, onde o problema tem se mostrado de forma perversa junto à população excluída socialmente da garantia dos seus direitos. Assim, a alfabetização pode abrir portas que possibilitem a melhora de vida, de saúde e oportunidades de crescimento intelectual e profissional do indivíduo para o exercício da cidadania e o cumprimento da justiça social. O Brasil conta atualmente com 14 milhões de analfabetos e não deve diminuir este número de forma relevante até 2015, ano previsto para a redução da metade do percentual de analfabetos. A Venezuela se autodeclarou em 2005, território livre do analfabetismo tendo adotado o método cubano “*Yo sí puedo*”, através de um programa organizado em “missões”. Os marcos legais utilizados para esse estudo no Brasil se referem à Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Plano Nacional de Educação – PNE de 2001 e o Decreto nº 4834 de 8 de setembro de 2003, que cria o Programa Brasil Alfabetizado. Para a Venezuela, serão utilizados documentos com base na Constituição Federal de 1999, Lei Orgânica de 1980, decretos-lei que versam sobre as missões educativas e a Lei Nacional de Juventude de 2002. Considerando que a comparação é um bom instrumento para conhecer melhor o próprio sistema educacional, esses estudos podem ajudar a revelar problemas da escola e da educação como um todo em uma determinada sociedade e contribuir na formulação de políticas para a erradicação ou diminuição das altas taxas de analfabetismo. Para tanto, estudos comparados são fundamentais para a avaliação de políticas, no que se refere à busca de eficiência, eficácia e efetividade, tendo em vista a promoção da igualdade entre todos os cidadãos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Comparada. Educação de Jovens e Adultos.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

As mudanças na concepção da gestão pública e sua influência no perfil do gestor e da gestão escolar no Brasil

Autora: Nádia Pedrotti Drabach

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof Dr Ângelo Ricardo de Souza

O presente trabalho tem como objetivo discutir a Reforma do Estado e mais especificamente a Reforma na Administração Pública brasileira que se iniciou em 1995 e suas implicações para o perfil dos gestores e dos processos de gestão das escolas públicas brasileiras no período de 1997-2007. O trabalho se propõe compreender os fundamentos que orientaram a administração pública brasileira anterior à Reforma e, através de estudo sobre o Plano Diretor elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, analisar os elementos que caracterizam a nova proposta de gestão pública também chamada de gestão gerencial. A nova gestão pública baseada em princípios neoliberais trouxe implicações para a forma de compreender as políticas sociais, dentre elas a educacional, colocando-se na contramão da concretização da gestão democrática do ensino público, cujo princípio estava assegurado na Constituição Federal de 1988 e na LDB 9394/96. Tendo em vista esse movimento que apresenta de um lado a gestão gerencial e de outro a gestão democrática, a pesquisa se propõe investigar em que medida a gestão gerencial influenciou o perfil dos gestores e da gestão das escolas públicas brasileiras e em que medida é possível identificar a concretização de processos democráticos de gestão escolar. Para isso, a pesquisa toma como fonte empírica os bancos de dados referentes aos questionários aplicados aos diretores das escolas públicas brasileiras (municipais e estaduais) de Ensino Fundamental através do SAEB, nos anos de 1997 e 2003 e da Prova Brasil no ano de 2007. Os dados apontam para a existência de elementos característicos do gerencialismo especialmente em relação à exigência de competência técnica que parece ter se intensificado no perfil dos gestores no período em estudo. Mas é possível observar também, especialmente em relação aos processos de gestão, uma ampliação dos espaços para o diálogo e participação dos diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar. Além da perspectiva gerencial e democrática é possível identificar também elementos característicos do patrimonialismo na gestão escolar, o que reflete a realidade que pode ser observada na esfera macro da administração pública.

Palavras- chave: Gestão democrática; Gestão gerencial; Perfil dos dirigentes escolares; Perfil de gestão.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Panorama do gasto-aluno nas redes estaduais e municipais brasileiras

Aluna: Jokasta Pires Vieira Ferraz

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof Dr Ângelo Ricardo de Souza

Essa dissertação tem como objetivo caracterizar do gasto aluno-ano da educação básica brasileira. Os anos escolhidos para pesquisa foram 2005, 2007 e 2009 e os dados apresentados sobre as redes municipais e estaduais são: a) matrículas, b) potencial de gasto aluno-ano e c) gasto aluno-ano. Para as matrículas são usados os dados do Censo escolar que estão disponíveis no site do INEP, os dados financeiros, para os cálculos de potencial de gasto e gasto aluno-ano foram retirados do FINBRA e do SIOPE. Todos os valores presentes da dissertação estão atualizados pelo INPC de Novembro de 2012. Os principais resultados encontrados pela pesquisa, dizem respeito primeiro à inconsistência das informações disponíveis, pois nem todos os estados e municípios têm seus dados disponibilizados da forma correta, ou se os têm, muitos apresentam erros. Segundo, as redes estaduais apresentam valores de gasto aluno-ano mais altos que as médias das redes municipais. E por último, as redes municipais apresentaram baixíssimas médias e medianas de gasto aluno-ano, alguns dos valores máximos de gasto das redes municipais ficam abaixo no mínimo do Fundef/b. Devido ao número de erros encontrados nas informações disponíveis podemos concluir que parte dos dados disponibilizados não é confiável, porém isso não descarta a necessidade de trabalhar com eles e procurar entender como o gasto por aluno esta distribuído no país.

Palavras-chave: Gasto-aluno, financiamento da educação, políticas educacionais.